



PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

BOLETIM INFORMATIVO Nº 91

Novembro de 2006

Durante o mês de Novembro de 2006, o Conselho Superior do Ministério Público reuniu, em plenário, nos dias 3 e 29, no Salão Nobre da Procuradoria-Geral da República.

SESSÃO PLENÁRIA DE 29 de Novembro de 2006

PRESENÇAS

Na sessão plenária de dia 29, presidida pelo Conselheiro Procurador-Geral da República, FILLIN "Se foi o Exmº Sr. PGR a presidir a sessão, faça Enter. Caso contrário digite o nome de quem presidiu. Dr. Fernando José Matos Pinto Monteiro, durante a parte da manhã, e pelo Conselheiro Vice-Procurador-Geral da República, Dr. António Pais Agostinho Homem, durante o período da tarde, estiveram presentes os seguintes vogais: Drs. Rui Carlos Pereira, Dr. Filipe Madeira Marques Fraústo da Silva, Dr. João José Garcia Correia e Dr. António José Barradas Leitão, eleitos pela Assembleia da República; Dr. António Henrique Rodrigues Maximiano, designado pelo Ministro da Justiça; o Procurador-Geral Adjunto, Dr. João Manuel Cabral Tavares; os Procuradores-Gerais Distritais de Lisboa, Porto, Coimbra e Évora, respectivamente, Drs. João Dias Borges, Alberto José



PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Pinto Nogueira, Alberto Mário Coelho Braga Temido e Luís Armando Bilro Verão; os Procuradores da República Dr. João António Gonçalves Fernandes Rato e Dra. Helena Cecília Alves Vera-Cruz Pinto; e os Procuradores-Adjuntos Drs. Aurora Rosa Salvador Rodrigues, Paulo Eduardo Afonso Gonçalves, José Mário Nogueira da Costa e Edite Paula de Almeida Pinho.

O Senhor Prof. Doutor Eduardo Manuel da Paz Ferreira, membro eleito pela Assembleia da República e o Senhor Dr. Júlio Castro Caldas, membro designado pelo Ministro da Justiça, justificaram previamente a ausência.

Secretariou a reunião o Secretário da Procuradoria-Geral da República, Dr. Carlos José de Sousa Mendes.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Sua Excelência o Conselheiro Procurador-Geral da República dando nota de que o Conselho tinha uma agenda muito preenchida e de que existiam ainda muitos processos que não haviam sido inscritos em tabela, sublinhou a necessidade de se encontrar uma solução para agilizar os trabalhos do Conselho.

O Sr. Dr. **João Rato** lembrou o requerimento apresentado há cerca de um ano e chamou a atenção para diversas questões relacionadas com as actividades e competências do Conselho, nomeadamente as relacionadas com os substitutos do Procurador-Adjunto, os critérios para o seu recrutamento e o prazo máximo no exercício de funções; com a situação



PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

dos processos envolvendo os oficiais de justiça; com as datas e agendas das sessões do Conselho; e com o Boletim Informativo do CSMP.

ACTAS

O Conselho deliberou aprovar a acta da sessão do dia 3 de Novembro de 2006.

SECÇÃO DISCIPLINAR

O Conselho deliberou que a composição da Secção Disciplinar, a partir de Janeiro de 2007, será a seguinte:

Os Exmos Procuradores-Gerais Distritais de Coimbra e de Évora, respectivamente, Drs. Alberto Mário Coelho Braga Temido e Luís Armando Bilro Verão; Procurador-Geral Adjunto, Dr. João Manuel Cabral Tavares; Procuradora da República, Dra. Helena Vera-Cruz Pinto; Procuradores-Adjuntos, Drs. Paulo Eduardo Afonso Gonçalves e Edite Paula de Almeida Pinho; Vogais eleitos pela Assembleia da República, respectivamente, Drs. Filipe Fraústo da Silva, João José Garcia Correia, Dr. António José Barradas Leitão; Vogal designado por Sua Excelência o Ministro da Justiça, Dr. Júlio Castro Caldas.

COMISSÕES DE SERVIÇO

1. O Conselho deliberou autorizar a nomeação, em comissão de serviço, do Procurador da República, Dr. **Emílio António Sampaio Correia**, como assessor do Gabinete do Procurador-Geral da República, com efeitos a partir de 1 de Novembro de 2006.
2. O Conselho deliberou adiar a discussão da renovação da comissão



PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

de serviço que o Procurador-Geral Adjunto, Lic. **Almiro Simões Rodrigues** vem exercendo junto da missão de cooperação na Bósnia e Herzegovina.

3. O Conselho deliberou autorizar a renovação da comissão de serviço que o Procurador-Geral Adjunto, Lic. **Vitor Manuel de Matos Franco**, vem exercendo como Inspector do Ministério Público.

Votaram contra dos Drs. **José Mário Nogueira da Costa** e **Edite Pinho**, declarando fazê-lo tendo em conta o tempo de serviço já prestado como inspector.

A Dra. **Helena Vera-Cruz Pinto** apresentou declaração de voto do seguinte teor: *“Voto a favor da renovação da comissão de serviço do Exmo Sr. Procurador-Geral Adjunto, Lic. Vítor Manuel de Matos Franco como Inspector do Ministério Público pelas seguintes razões:*

- a) Foi constituído um grupo de trabalho, com prazos estipulados para rever todo o sistema de Inspeções;*
- b) O quadro de inspectores é deficitário, o que é reconhecido por todos os Senhores Conselheiros;*
- c) Apesar de haver uma deliberação, não cumprida, quanto às comissões de serviço, e que urge resolver, trata-se esta de uma comissão de serviço muito específica;*
- d) O factor tempo, de duração pela renovação das comissões de serviço sucessivas, não é preponderante nestas situações;*
- e) As inspeções são sindicáveis pelo CSMP”.*

O Dr. **Barradas Leitão** votou a favor, declarando fazê-lo apesar de entender que deve haver rotação e que o exercício de funções como Inspector não corresponde a uma carreira, nem escapa ao escrutínio que



PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

cabe a este CSMP fazer.

4. O Conselho deliberou retirar da agenda a autorização para a renovação da comissão de serviço que o Procurador da República Lic. Fernando José Marques Dias vem exercendo como Coordenador no TIC do Porto, dado o assunto se encontrar prejudicado.
5. O Conselho deliberou conceder autorização para a renovação da comissão de serviço que o Procurador da República Lic. José da Silva Ponte, vem exercendo como Coordenador na Procuradoria da República do Círculo Judicial de Matosinhos
6. O Conselho deliberou conceder autorização para a renovação da comissão de serviço que o Procurador da República Lic. Manuel Ângelo Gomes, vem exercendo como Coordenador na Procuradoria da República do Círculo Judicial de Vila Nova de Gaia.
7. Proc.º n.º 396/2006 – O Conselho deliberou autorizar a Procuradora-Adjunta, Lic. Carla Alexandra Nunes Botelho Santos a exercer, em comissão de serviço, funções no Instituto Europeu de Administração Pública - Centro Europeu para Juízes e Advogados no Luxemburgo.

DELEGAÇÃO DE PODERES

Ao abrigo do artigo 31º do EMP, o Conselho deliberou aprovar a Delegação de Poderes no Procurador-Geral da República, com efeitos a partir de 9 de Outubro de 2006, nos termos constantes do documento já publicitado na página da Internet da Procuradoria-Geral da República.

REQUERIMENTOS E EXPOSIÇÕES

1. Proc.º n.º 194/2006 - Exposição apresentada à ANA – *Aeroporto de Lisboa*, por Procurador da República, relacionada com a entrada e livre trânsito dos magistrados em aeroportos (art.º 107, n.º 1, al. e).

O Conselho deliberou dar conhecimento ao exponente do parecer emitido



PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

pelo INAC – Instituto Nacional da Aviação Civil. Mais deliberou solicitar ao Conselho Consultivo da Procuradoria-Geral da República emissão de parecer com vista a assumpção de posição por parte do CSMP e informar o Senhor Procurador da República exponente da posição assumida.

Votou contra esta deliberação o Sr. Dr. **José Mário Nogueira da Costa**, juntando declaração de voto, do seguinte teor: *«O artigo 107º do Estatuto do Ministério Público é explícito sobre o direito que assistia ao ilustre magistrado de aceder à área prévia à zona de embarque, mediante simples exibição de cartão de identificação de magistrado do Ministério Público, constituindo a exigência de cartão interno uma ilegítima interpretação restritiva da referida norma legal, cujo ratio legis foi manifestamente violada, sem prejuízo de entender também que em sede de revisão do Estatuto do Ministério Público se deverá ponderar o teor do referido normativo, por forma a que se estabeleçam procedimentos internos no Ministério Público para o recurso às situações contempladas pelo artigo 107.º, al. c) do EMP, por forma a assegurar necessária coordenação entre a entidade encarregue da segurança dos aeroportos e as necessidades inerentes ao exercício das funções de magistrado».*

O Sr. Dr. **Filipe Fraústo da Silva** não participou na discussão nem na votação deste ponto invocando razões deontológicas, decorrentes do exercício da profissão de advogado com ligação a uma das entidades envolvidas.

Relatora: Dr.^a Helena Vera-Cruz Pinto.

2. Proc.º n.º 341/2006 – Exposição do Senhor Procurador da República



PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

do Círculo Judicial de Santo Tirso solicitando a afectação de uma magistrada a inquérito determinado.

O Conselho deliberou retirar este ponto da agenda, devendo o expediente ser apresentado a despacho a Sua Excelência o Conselheiro Procurador-Geral da República.

Relator - Dr. Pinto Nogueira.

3. Proc.º n.º 43/2006 – Exposição subscrita por Senhora Advogada, relativa a imunidades e exercício livre da Advocacia.

O Conselho deliberou retirar este ponto da agenda, tendo em vista a realização de diligências complementares.

Relatora: Dr.ª Helena Vera-Cruz Pinto.

4. Proc.º n.º 28/2006 – Inspecção extraordinária ao serviço prestado na Comarca de Aveiro, apresentado por Procuradora-Adjunta.

O Conselho deliberou não conhecer do pedido em virtude de ter sido prestada a informação de que a magistrada está incluída no projecto do Plano de Inspecções para 2007.

Relator: Dr. Barradas Leitão.

5. Proc.º n.º 34/06 – O Conselho deliberou indeferir o pedido de autorização de Procuradora-Adjunta para residir no Porto.

Relatora: Dr.ª Helena Vera-Cruz Pinto.

JUBILAÇÃO

Proc.º n.º 1642/2003 - O Conselho deliberou deferir o pedido de prorrogação, por mais um ano, da situação da suspensão do estatuto de



PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

jubilação, apresentado pelo Senhor Procurador da República, Lic. **Gabriel Rodrigues**.

DESTACAMENTOS

1. Proc.º n.º 211/2006 – O Conselho deliberou indeferir o pedido apresentado por Procurador-Adjunto, para o seu destacamento para comarca o mais próximo possível da área da sua residência habitual.

Votou vencido o Sr. Dr. **Dias Borges**, relativamente à argumentação do indeferimento.

A Senhora Dra. **Aurora Rodrigues** absteve-se, defendendo que devem ser definidas regras mais claras, em situações como esta, designadamente através de um regulamento de destacamentos

Relator: Dr. Pinto Nogueira.

2. Proc.º n.º 324/2006 – O Conselho deliberou indeferir o pedido subscrito por Procurador-Adjunto, em que solicita o seu destacamento para a Comarca de Vila Nova de Gaia.

Votaram vencidos os Drs. **Helena Vera-Cruz Pinto** e **Barradas Leitão**

Relator: Dr. Barradas Leitão.

REABILITAÇÃO

Proc.º n.º 134/94 – Requerimento apresentado por Procuradora-Adjunta, para abertura de procedimento tendente à sua reabilitação e *“com vista à sua concessão, com todas as consequências previstas na lei, nomeadamente o não cumprimento da sanção aplicada”*.



PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

O Conselho deliberou o seguinte: “determina-se a instauração de processo de reabilitação, por apenso ao processo disciplinar, que correu termos contra a Senhora Procuradora-Adjunta F., seguindo-se, depois, os respectivos trâmites legais. Entendendo-se que o mero início de processo de reabilitação não interfere com a execução das sanções anteriormente decretadas e definitivamente decididas”.

Votaram vencidos os Srs. Drs. **Filipe Fraústo da Silva, Barradas Leitão e Dias Borges**

Relator: Dr. Braga Temido.

CERTIDÕES

1. Certidão extraída de inquérito da Comarca de Loures.

Atendendo à situação e apreciada a informação elaborada pelo relator, o Conselho deliberou arquivar a certidão.

Relator: Dr. Dias Borges.

2. Certidão extraída de inquérito da Comarca de Torre de Moncorvo.

O Conselho deliberou determinar a instauração de inquérito para averiguação dos termos e condições em que ocorreram os factos sumariamente relatados.

Relator: Dr. Pinto Nogueira.

3. Certidão extraída de inquérito do DIAP de Lisboa.

O Conselho deliberou determinar a instauração de inquérito para



PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

averiguação das causas que levaram à tramitação anómala do inquérito.

Relator: Dr. Barradas Leitão.

ACIDENTE EM SERVIÇO

Proc.º n.º 1161/2005 – O Conselho deliberou qualificar como acidente em serviço, o acidente sofrido pela Senhora Procuradora-Adjunta na Comarca de Angra do Heroísmo, Lic.ª **Maria Idalete Caeiro Saraiva**.

Relatora: Dr. Helena Vera-Cruz Pinto.

CENTRO DE ESTUDOS JUDICIÁRIOS

Designação de duas personalidades, solicitada pelo Centro de Estudos Judiciários, para intervirem como prelectores numa sessão a realizar no dia 20 de Dezembro de 2006, no âmbito do módulo de Ética e Deontologia.

O Conselho deliberou designar os Drs. **António Barradas Leitão** e **Francisco Miller Mendes**.

TRANSFERÊNCIAS

O Conselho deliberar ratificar a transferência, para o Círculo Judicial do Porto, do Procurador da República, Lic. **Carlos Jorge Fernandes dos Santos**, actualmente colocado no Funchal.

INSPECÇÕES

1. O Conselho deliberou determinar a realização de uma inspecção ao serviço prestado pelo Procurador da República, Lic. **Fernando Ferreira Lino**, nos termos do disposto no artigo 27º alínea g) do



PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

EMP e com o âmbito apontado pelo Exmo Inspector, e a incluir no Plano de Inspeções de 2007.

Relator: Dr. Dias Borges.

2. Proposta do Vogal do CSMP Dr. **José Mário Nogueira da Costa**, para constituição de um Grupo de Trabalho que apresente propostas concretas para a revisão e actualização do sistema de Inspeções vigente.

O Conselho deliberou constituir um grupo de trabalho para revisão do sistema de inspeção, presidido pelo Dr. **Rodrigues Maximiano** e integrado pelos Srs. Drs. **Filipe Fraústo da Silva** e **João Correia** bem como por duas pessoas a designar pelo presidente do grupo.

Relator: Dr. Nogueira da Costa.

3. Projecto do Plano de Inspeções para o ano de 2007.

O Conselho deliberou aprovar a proposta de plano apresentada pelo Senhor Procurador-Geral da República, em substituição, e delegar neste a competência para o alterar de acordo com as possibilidades objectivas de trabalho por parte do corpo de Inspectores do Ministério Público

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DE 2005

O Conselho deliberou aprovar o Relatório de Actividades do Conselho Superior do Ministério Público respeitante ao ano de 2005, apresentado pelo Vogal permanente, Dr. **António Barradas Leitão**.



PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

ADIAMENTOS

O Conselho deliberou adiar a discussão do documento de reflexão sobre o seu funcionamento, elaborado pelos Vogais permanentes, bem como os Processos n^{os} 276/2006, 33/2006, 314/2006, 21/2006, 40/2006, 5/2006, 943/2006, 30/2006, 200/2004, 38/2003, 153/2004, 165/2005, 75/2005, 58/2002, 34/2006, 42/2006, 340/2006 e 384/2006.